



RELATÓRIO DE ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2026

RELATÓRIO TRIMESTRE - II

ÍNDICE

1 SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
2. INTRODUÇÃO	9
2.1 Objetivo	9
2.2 SCOPO.....	9
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)	9
3.1 Capital Social.....	10
3.2 Setor Desenvolvimento Económico	11
3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura.....	11
3.4 Setor Enquadramento Institucional.....	12
4. Classificação Económica	13
5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas.....	14
5.1 Maior orçamento alocado nas LMs com sua execução.....	14
5.2. LMs com menor execução	15
5.3 AAs com maior execução	15
5.4 Agências Autónomas com menor execução	16
6. Orçamento alocado nas categorias económicas para Subsetor RAEOA.....	16
6.1 Subsetor RAEOA.....	16
6.2 Programas do Subsetor RAEOA	17
6.3. Programas de FED RAEOA	18
7. Fundos Especiais	19
7.1 Fundo Infraestrutura	19
7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano	20
8. Orçamento por Programas.....	21
8.1 Programas com maior execução	21
8.2 Programas com execução menor.....	22
9. Autoridades Municipais	22
9.1 Orçamento alocado nas Autoridades Municipais	22
9.2 Programas da AMs	23
10. Virement	24

11. Receitas	27
11.1 Receitas da Administração Central	27
11.2 Receitas da REAOA.....	27

FIGURAS

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamental.....	10
Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamental.....	11
Gráfico 3: Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamental.....	12
Gráfico 4: Enquadramento Institucional com maior execução orçamental.....	12
Gráfico 5: Execução das despesas por classificação económica – Administração Central	13
Gráfico 6: LMs com maior desempenho na execução orçamental.....	14
Gráfico 7: LMS com taxa execução menor	15
Gráfico 8: AAs com maior na execução orçamental	15
Gráfico 9: Com nível de execução menor	16
Gráfico 10: Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA.....	16
Gráfico 11: Execução orçamental por programas	21
 Tabela 1: Programas implementados no Subsetor RAEOA.....	17
Tabela 2: Programa do FED RAEOA	18
Tabela 3: Programas do FI com seus respetivos gastos.....	19
Tabela 4: Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH	20
Tabela 5: Execução orçamental dos 5 Programas com execução menor	22
Tabela 6: Execução orçamental das Autoridades Municipais.....	22
Tabela 7: Programas implantados pelas Autoridades Municipais.....	23
Tabela 8: Top 10 Entidades que realizaram maior virement no 2.º trimestre de 2026	24
Tabela 9: Receitas recolhidas – Administração Central de Abril até Junho	27
Tabela 10: Receitas da RAEOA de Abril até Junho	27

ABREVIACÃO

APORTIL, I.P.	Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), I.P.
AM AIL	Autoridade Municipal de Aileu
AM AIN	Autoridade Municipal de Ainaro
AM COV	Autoridade Municipal de Covalima
AM LAU	Autoridade Municipal de Lautém
AM LIQ	Autoridade Municipal de Liquiçá
AM MNTT	Autoridade Municipal de Manatuto
AM MNFH	Autoridade Municipal de Manufahi
AM VQQ	Autoridade Municipal de Viqueque
ADN, I.P.	Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.
TRADEINVEST, I.P	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.
ANAAA	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica
AMRT	Arquivo e Museu da Resistência Timorense
ANTL, I.P.	Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P
AA Ataúro	Autoridade Administrativo de Ataúro
AACTL, I.P.	Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste, I.P.
AIFAESA	Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar
APC	Autoridade de Proteção Civil
AM BCU	Autoridade Municipal de Baucau
AM BBNR	Autoridade Municipal de Bobonaro
AM DILI	Autoridade Municipal de Díli
AM ERM	Autoridade Municipal de Ermera
ANC, I.P.	Autoridade Nacional de Comunicações, I.P.
BS	Bens e Serviços
RAEOA	Autoridade Região Administrativa Especial Oecússi Ambeno – RAEOA
CLN	Centro de Logístico Nacional
CNC! IP	Centro Nacional Chega! I.P

CNEFP, I.P.	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tibar, I.P.
CNFP, I.P.	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.
CNR, I.P.	Centro Nacional de Reabilitação, I.P.
COFOG	Classificação das Funções do Governo
CAC	Comissão Anti – Corrupção
CFP	Comissão da Função Pública
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CI	Conselho de Imprensa
CD	Capital de Desenvolvimento
CM	Capital Menor
MCAS	Ministério do Coordenador dos Assuntos Sociais
DBF-TL	Dalan Ba Futuro – Timor-Leste
DGE	Dotações Geral do Estado
F-FDTL	Falintil – Força de Defesa de Timor Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FRSS	Fundo Reserva Segurança Social
FEDA	Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro
FED RAEOA	Fundo Especial de desenvolvimento de Região Administrativa Especial De Oecusse Ambeno
FI	Fundo das Infraestruturas
GFTM	Gabinete da Fronteira e Terrestre e Marítima
GRP	Government Resource Planning
HNGV	Hospital Nacional Guido Valadares
INTL, I.P.	Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.
IGE	Inspeção-Geral do Estado
IGT	Inspeção-Geral do Trabalho
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IGEADI	Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento De Infraestrutura

BAMBU	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu
INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
INCT	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia
INCSIDA, IP	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP
INFPM	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Medicamentos
INSS	Instituto Nacional Segurança Social
INDIMO	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra
INDDICA	Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP
IQTL, I.P.	Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.
IPB	Instituto Politécnico de Betano
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental no 02/2022
LMSS	Ministérios e Secretários de Estado
MCA	Millennium Challenges Accounts de Timor-Leste
MCAE	Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos
MAE	Ministério da Administração Estatal
MD	Ministério da Defesa
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão
MF	Ministério das Finanças
MOP	Ministério das Obras Públicas
MESCC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
MI	Ministério do Interior
MPM	Ministério do Petróleo e Minerais
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
MACLN	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
MDRHC	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária
MAPPF	Ministério da Agricultura Pecuária, Pesca e Floresta

MCI	Ministério do Comércio e Industria
ME	Ministério da Educação
MPIE	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
MTA	Ministério do Turismo e Ambiente
MJDAC	Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
INSPTL	Instituto Nacional de Saúde Publica de Timor Leste
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
PN	Parlamento Nacional
IPG	Instituto de Petróleo e Geologia
PPB	Planning Programming Budgeting
PCIC	Polícia Científica de Investigação Criminal
PNTL	Polícia Nacional de Timor Leste
PR	Presidência da República
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PM	Primeiro-Ministro
PGR	Procuradoria-Geral da República
PDHJ	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
APA	Agência Pública Autónomas
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SECOOP	Secretaria de Estado de Cooperativas
SEI	Secretaria de Estado para a Igualdade
STAE	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral
SERVE, I.P.	Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.
SNAEM	Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SASCAS	Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social
SV	Salários e Vencimentos
SEAFA	Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada
PED	Plano Estratégico Desenvolvimento

TATOLI, I.P.	TATOLI - Agência Nacional de Timor-Leste, I.P.
TIC TIMOR I.P.	Tecnologias da Informação e Comunicação I.P
TP	Transferências Publicas
TR	Tribunais
UNIMCS	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
VPM-AE	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos
VPM-AS	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Sociais

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta as dotações orçamentais e despesas das Linhas Ministeriais e Secretários de Estado (LMSS), Agências Públicas e Institutos (PAIs) e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) juntamente com as Autoridades Municipais. Além disso, o relatório irá analisar despesas e dados orçamentais utilizando diferentes dimensões categorias monitorizadas pelos sistemas orçamentais de Timor-Leste, como a classificação das funções do governo (COFOG), as categorias de apropriação económica e os setores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Objetivo

A Direção-Geral do Planeamento e Orçamento, através da Direção Nacional do Orçamento, tem como objetivo a produção de três relatórios trimestrais e um relatório anual sobre as dotações, despesas e realocações orçamentais em Timor-Leste. Estes relatórios constituem uma importante fonte de informação para as partes interessadas do setor público, parceiros técnicos e financeiros, setor privado e sociedade civil em geral.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2026 totaliza 2,416 mil milhões de dólares, distribuídos pelos principais componentes da administração pública. Desse montante, 2,1862 mil milhões de dólares destinam-se à Administração Central, 60,0 milhões de dólares à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e 170,4 milhões de dólares à Segurança Social, incluindo o Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS).

2.2 SCOPO

O presente relatório descreve o desempenho da execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) durante o 2.º trimestre de 2026.

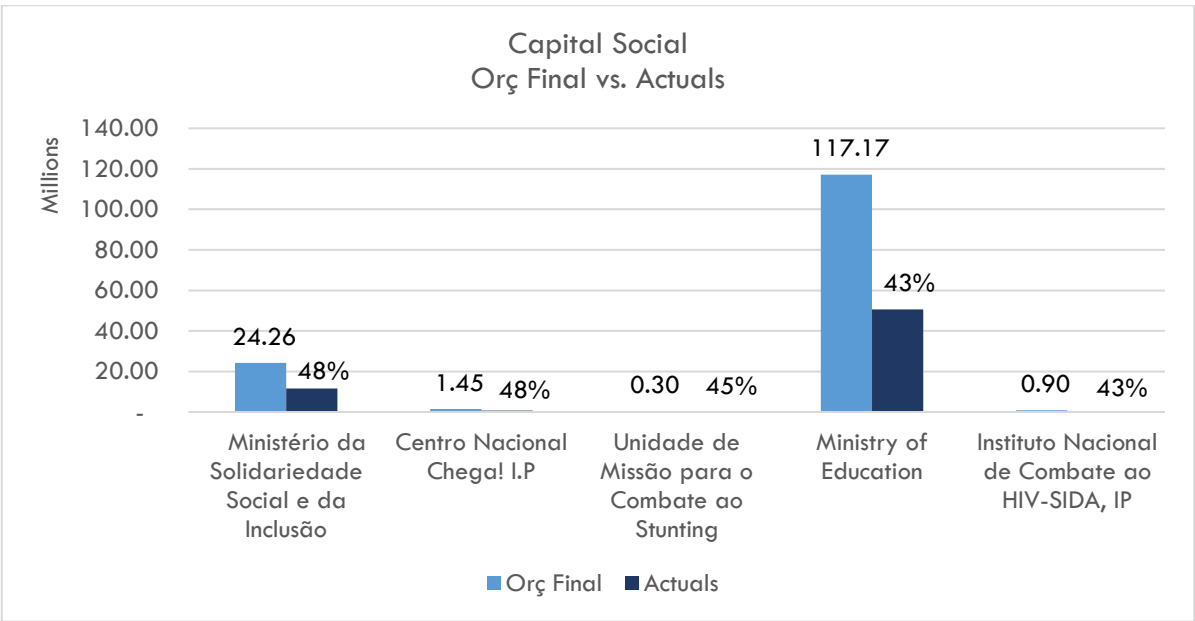
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Nesta seção, pretendemos oferecer uma visão abrangente da execução do orçamento por classificação através do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030). O plano de Desenvolvimento Estratégico abrange quatro áreas principais: Capital Social, Desenvolvimento de

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Enquadramento Institucional. No setor de Capital Social foca na construção de uma sociedade saudável e educada para atender às necessidades sociais do nosso povo e promover o desenvolvimento humano. No setor de Desenvolvimento Infraestrutura garantirá que nossa nação tenha a infraestrutura básica e produtiva necessária para construir uma nação sustentável, em crescimento e conectada. No setor de desenvolvimento econômico para alcançar uma economia próspera e gerar empregos. Esses três diferentes aspetos do desenvolvimento de Timor-Leste serão construídos sobre uma estrutura institucional eficaz.

3.1 Capital Social

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamental



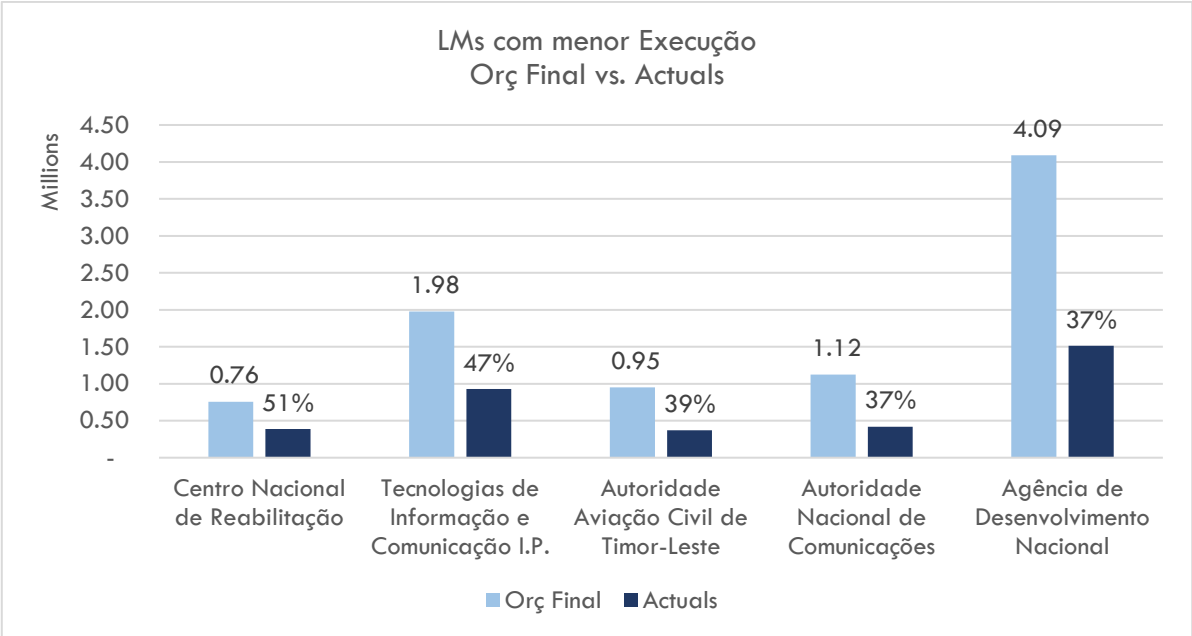
Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

O gráfico mostra que a execução do Capital Social está entre 43% e 48% nas instituições analisadas. O Ministério da Solidariedade Social e Inclusão e o Centro Nacional Chega! I.P. apresentam a maior execução, com 48%. O Ministério da Educação possui o maior orçamento, de \$117,17 milhões, mas apresenta uma execução de 43%.

Assim, a execução ainda está abaixo de 50% em todas as instituições, indicando que existe margem para aumentar a execução do orçamento.

3.2 Setor Desenvolvimento Económico

Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamental



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

De forma geral, o gráfico mostra que as entidades apresentam uma execução orçamental relativamente baixa, variando entre 37% e 51%. O Centro Nacional de Reabilitação apresenta a maior taxa de execução, com 51%, enquanto a Autoridade Nacional de Comunicações e a Agência de Desenvolvimento Nacional apresentam as menores, com 37%.

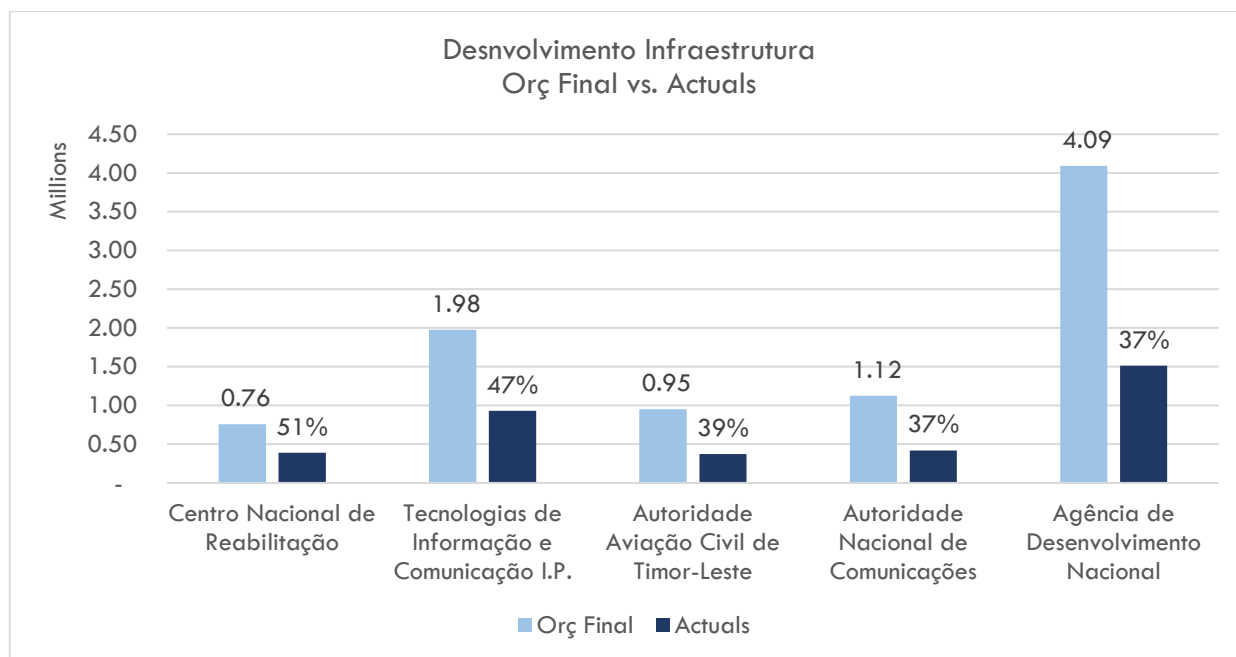
No geral, mais de metade do orçamento ainda não foi executado na maioria das entidades.

3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura

A execução orçamental das entidades de Desenvolvimento de Infraestrutura situa-se entre 37% e 51%. O Centro Nacional de Reabilitação apresenta a maior taxa de execução, com 51%, seguido das Tecnologias de Informação e Comunicação, I.P., com 47%. A Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste apresenta 39%, enquanto a Autoridade Nacional de Comunicações e a Agência de Desenvolvimento Nacional registam 37%.

Destaca-se a Agência de Desenvolvimento Nacional, que possui o maior orçamento final, de \$4,09 milhões, mas apresenta uma execução de apenas 37%.

Gráfico 3: Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamental



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

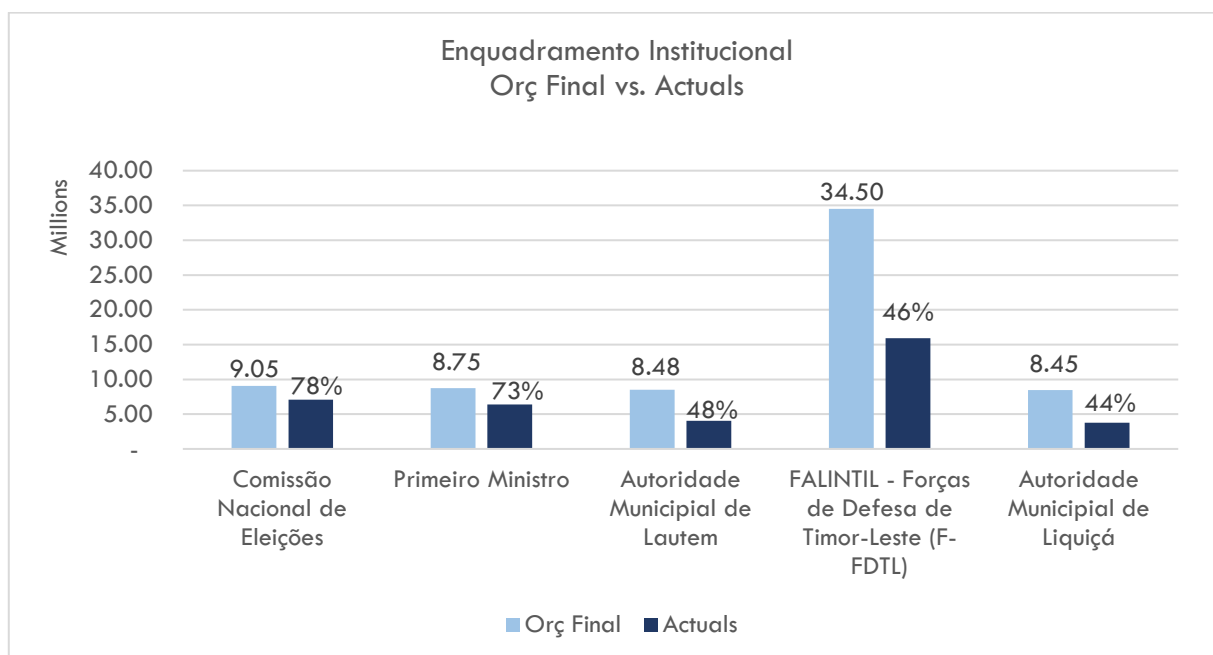
No segundo trimestre, a execução orçamental das instituições analisadas situou-se entre 37% e 51%. O Centro Nacional de Reabilitação apresentou a maior taxa de execução, com 51%, enquanto a Autoridade Nacional de Comunicações e a Agência de Desenvolvimento Nacional registaram as menores taxas, ambas com 37%. De forma geral, os níveis de execução permanecem moderados, indicando que uma parte significativa dos recursos orçamentais ainda não foi executada.

3.4 Setor Enquadramento Institucional

No segundo trimestre, a execução orçamental apresenta diferenças significativas entre as instituições analisadas. A Comissão Nacional de Eleições registou a maior taxa de execução, com 78%, seguida do Primeiro-Ministro, com 73%, demonstrando um nível relativamente elevado de utilização dos recursos disponíveis.

Por outro lado, a Autoridade Municipal de Lautém apresentou uma execução de 48%, enquanto a F-FDTL executou 46% do seu orçamento. A Autoridade Municipal de Liquiçá registou a menor taxa de execução, com apenas 44%.

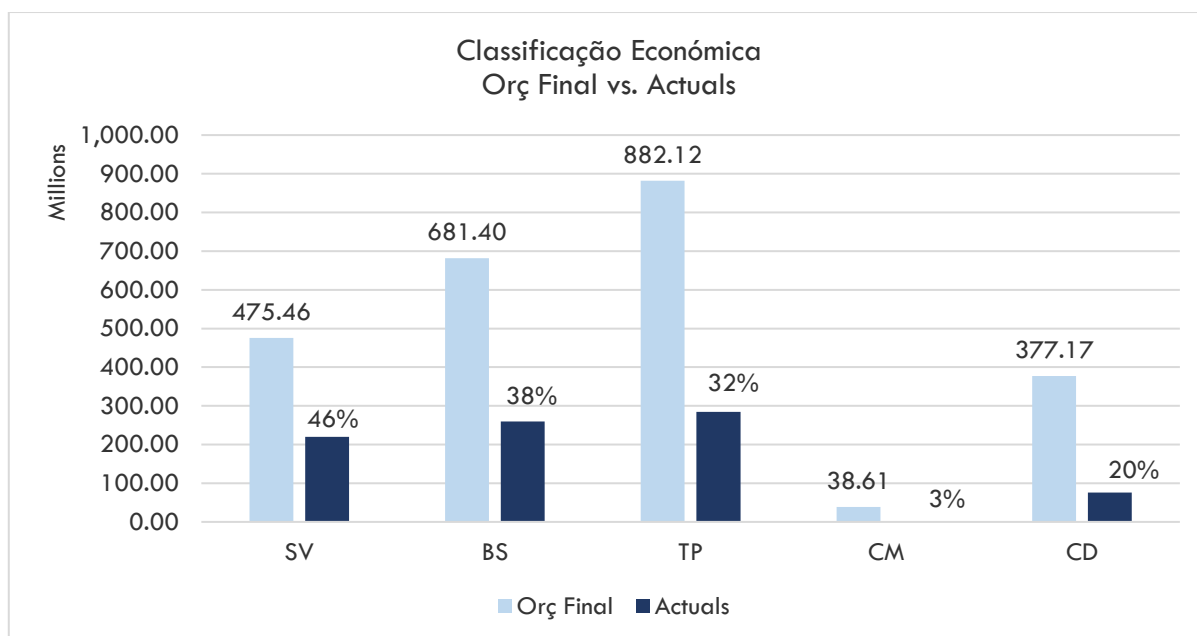
Gráfico 4: Enquadramento Institucional com maior execução orçamental



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

4. Classificação Económica

Gráfico 5: Execução das despesas por classificação económica – Administração Central



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

A execução orçamental do 2.º trimestre de 2026, a categoria com maior execução é Salários e Vencimentos, com 46%, seguida de Bens e Serviços (BS), com 38%. As Transferências Públicas,

apesar de apresentarem a maior dotação orçamental, de \$882,12 milhões, registam uma execução de apenas 32%.

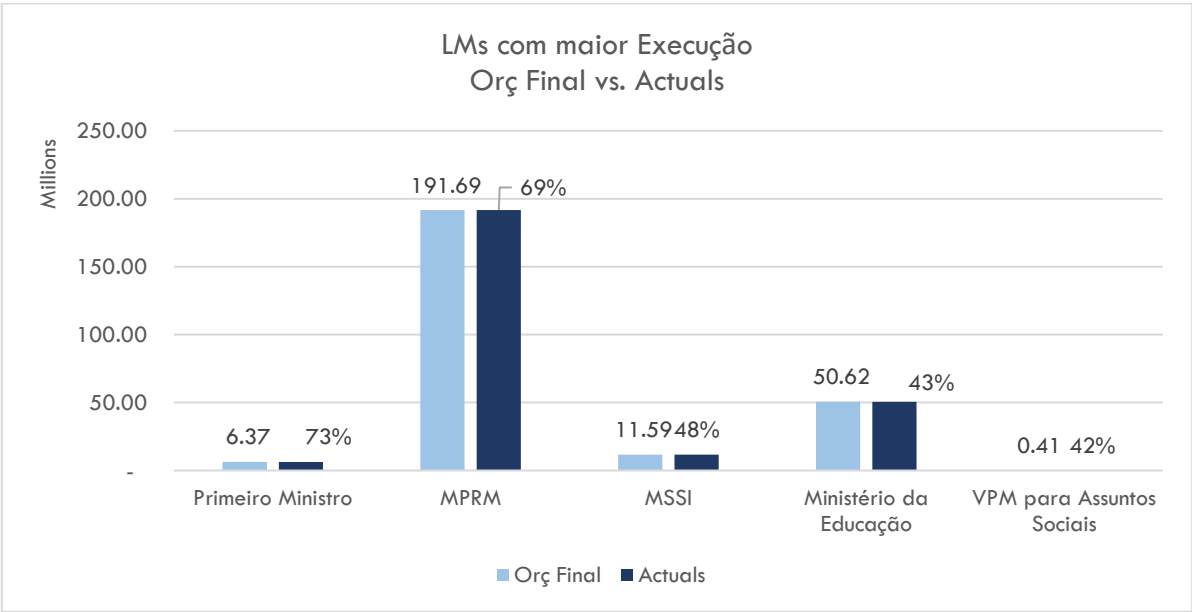
Por outro lado, as despesas de Capital Menor apresentam uma execução muito baixa, de apenas 3%, enquanto Capital de Desenvolvimento apresenta 20%.

5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas

5.1 Maior orçamento alocado nas LMs com sua execução

A execução orçamental das Linhas Ministeriais apresenta níveis diferenciados entre as várias entidades. O MNEC registou a taxa de execução mais elevada, com 33%, seguindo-se a SECOMS com 22% e o MI com 20%. Por sua vez, o DTG e o ME apresentaram igualmente níveis de execução de 20%.

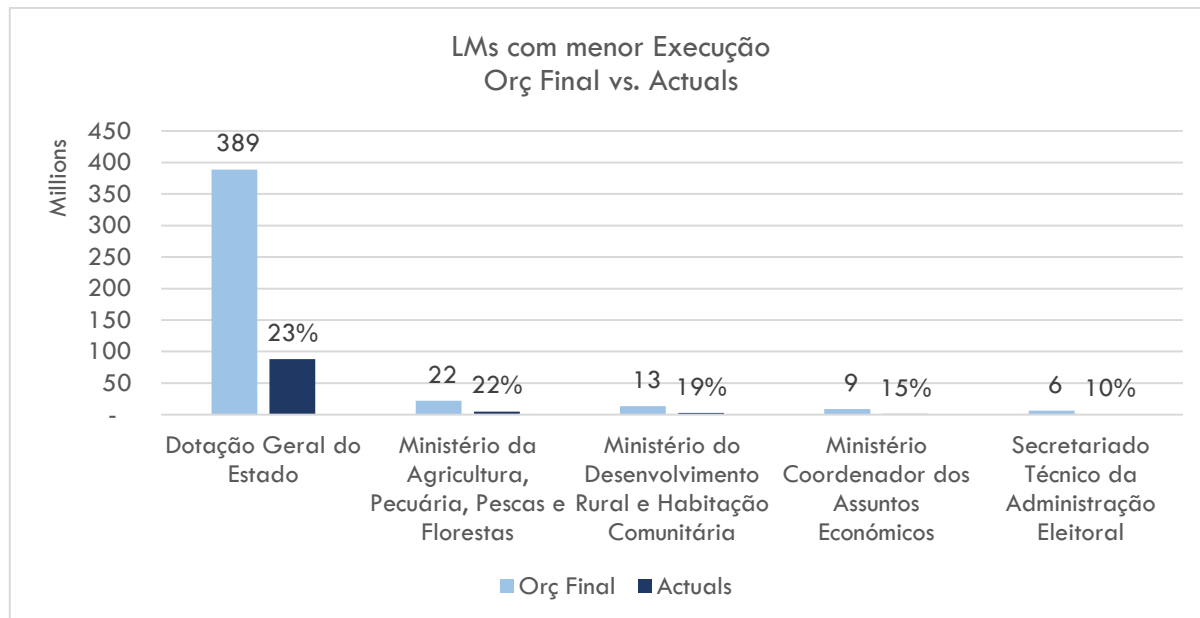
Gráfico 6: LMs com maior desempenho na execução orçamental



Fontes: GRP-MoF, 31 30 de Junho de 2026

5.2. LMs com menor execução

Gráfico 7: LMS com taxa execução menor

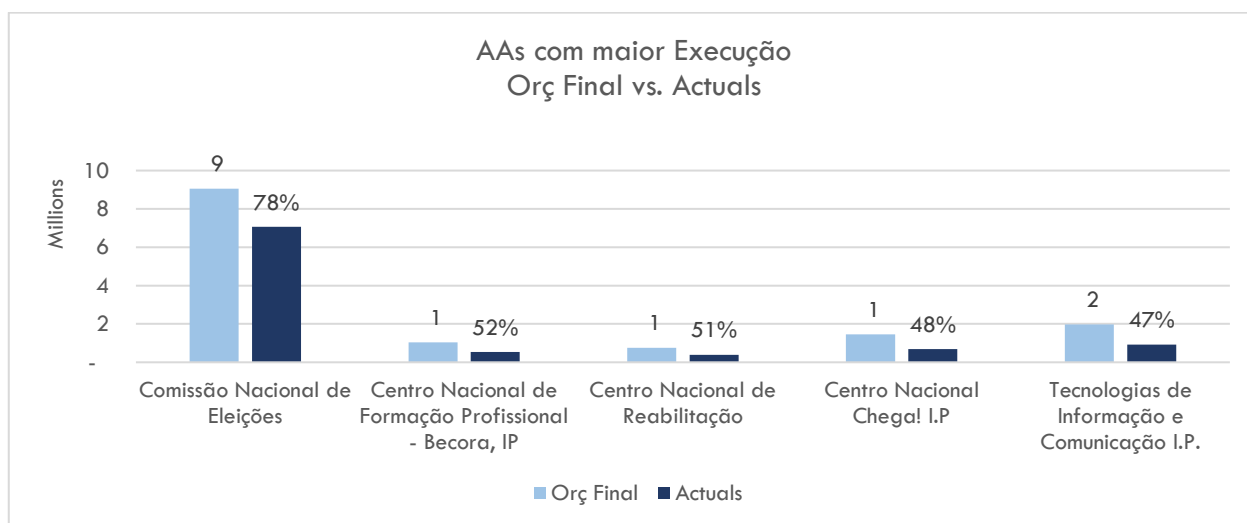


Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

A execução orçamental do 2.º trimestre, as Linhas Ministeriais que apresentaram nível de execução menor foram DGE com 23%, MAPFF 22%, MDRH 19%, MCAE 15% e STAE com apenas 10%.

5.3 AAs com maior execução

Gráfico 8: AAs com maior na execução orçamental

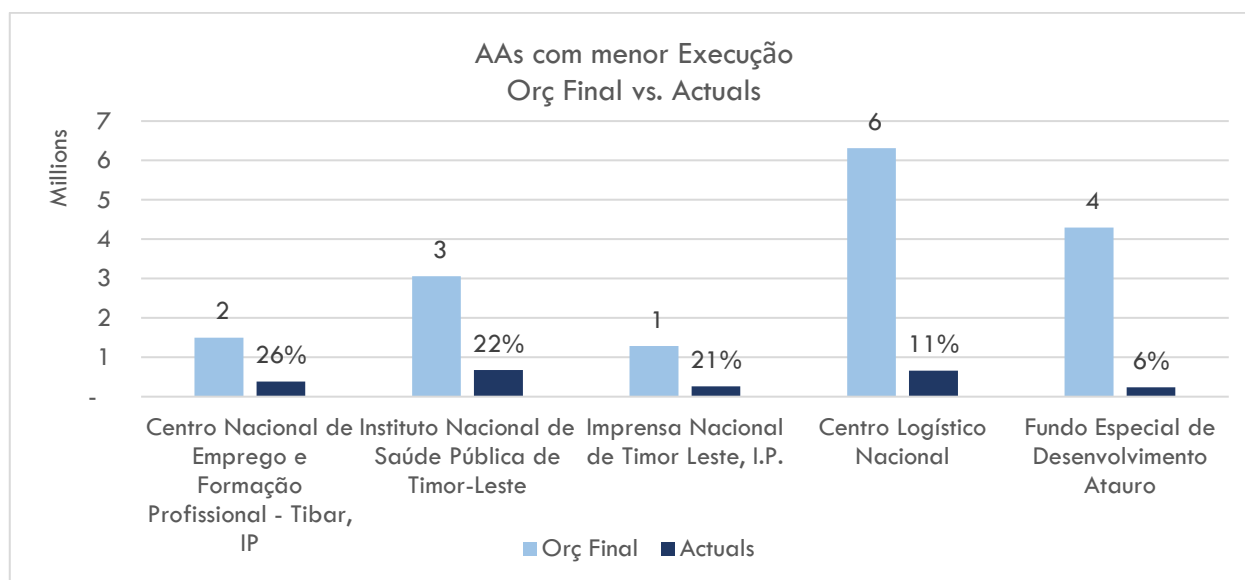


Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

A execução orçamental maior apresentadas pelas das Agencias Autónomas nomeadamente a CNE 78%, CNFP-Becora 52%, CNR 51%, CNCI I.P 48% e TIC I.P 47%.

5.4 Agências Autónomas com menor execução

Gráfico 9: Com nível de execução menor



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

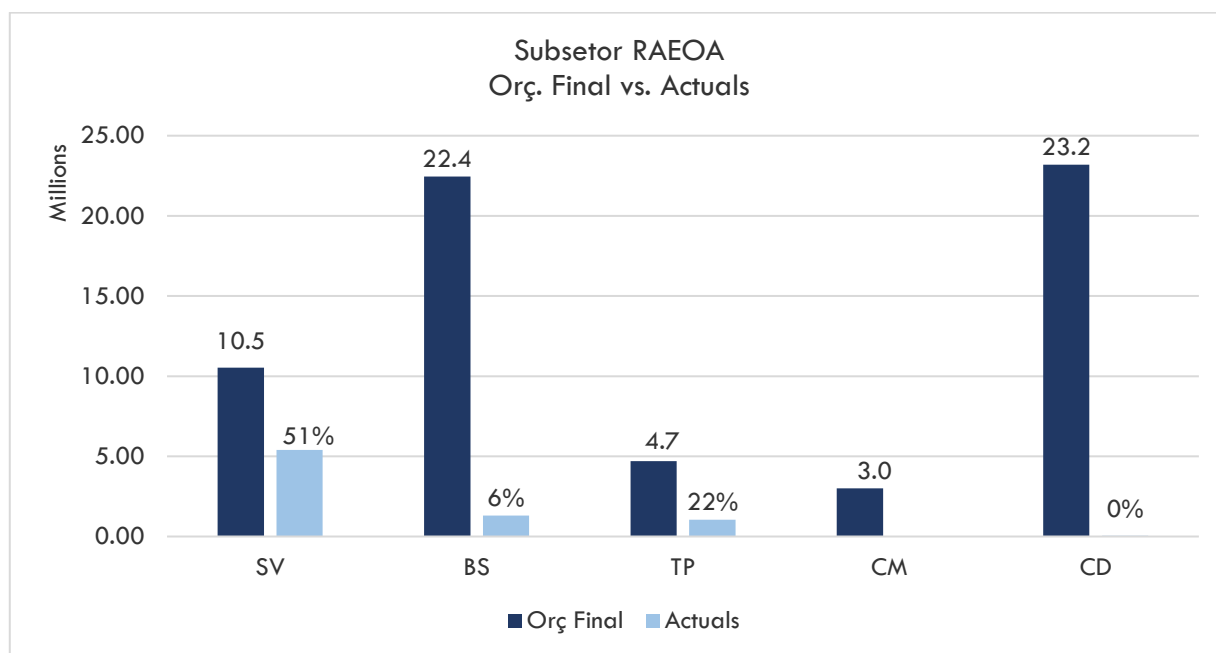
A execução orçamental das Agencias Autónomas no 2.0 trimestre nomeadamente CNFP-Tibar com 26%, INSPTL 22%, INTL 21%, CLN 11%, e a menor foi em FEDA 6%.

6. Orçamento alocado nas categorias económicas para Subsetor RAEOA

6.1 Subsetor RAEOA

O orçamento atribuído ao Subsetor RAEOA foi de \$62 milhões de dólares, dos quais 36 milhões foram destinados à Autoridade RAEOA-ZEEMS e 26 milhões ao FED RAEOA.

Gráfico 10: Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

6.2 Programas do Subsetor RAEOA

A Autoridade RAEOA-ZEESM implementou a 21 programas. O programa de *Ensino Secundário* registrou o nível de execução orçamental mais elevado 34%, enquanto o programa de *Inclusão Social* apresentou a execução relativamente menor de 1%. Os restantes programas registaram taxas de execução orçamental que variaram entre os 3% e 32%, respetivamente. E 11 programas que ainda não executaram seus orçamentos com 0%.

Tabela 1: Programas implementados no Subsetor RAEOA

Programas	Orç. Final	Actuals	Execução
Cultura e Património	5,080.00	-	0%
Desenvolvimento Rural e Urbano	50,052.00	-	0%
Segurança Nacional	15,500.00	-	0%
Acesso a Justiça	1,190,880.00	-	0%
Transportes	65,980.00	-	0%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	16,955,725.00	5,656,488.90	33%
520 Educação Pré-escolar	97,000.00	31,721.68	33%
521 Educação Básica	2,117,975.00	682,886.92	32%
522 Ensino Secundário	137,400.00	46,465.00	34%
523 Educação recorrente	4,000.00	-	0%
528 Cuidados Primários de Saúde	15,050.00	2,750.00	18%

Programas	Org. Final	Actuals	Execução
529 Cuidados de saúde secundários e terciários	766,425.00	55,974.00	7%
798 Água e Saneamento	109,900.00	-	0%
867 Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com regime administrativo e econômico especial	2,694,507.00	56,150.77	2%
980 Inclusão Social	59,760.00	880.00	1%
982 Turismo	28,100.00	1,075.00	4%
983 Investimento e Diversificação Econômica	59,820.00	1,630.00	3%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	386,390.00	-	0%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	84,000.00	-	0%
A41 Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	30,000.00	-	0%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	22,450.00	-	0%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

6.3. Programas de FED RAEOA

Tabela 2: Programa do FED RAEOA

Programas	Org. Final	Actuals	Execução
026 Estradas e Pontes	20,886,087	4,333,776.89	21%
314 Bolsa de Estudos	431,398	58,214.00	13%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	429,082	232,461.88	54%
520 Educação Pré-escolar	32,710	18,272.05	56%
521 Educação Básica	74,966.00	-	0%
528 Cuidados Primários de Saúde	28,210.00	-	0%
798 Água e Saneamento	43,946.00	-	0%
802 Eletricidade	10,212,080	3,729,720.36	37%
809 Aeroporto	4,711,617	126,655.28	3%
867 Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com regime administrativo e econômico especial	1,314,013.00	28,278.95	2%
874 Portos	-	-	
982 Turismo	13,814.00	-	0%
983 Investimento e Diversificação Econômica	134,830.00	-	0%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	660,215.00	-	0%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

O FED RAEOA implementou 13 programas, *Educação Pré-escolar* apresentou execução orçamental maior de 56%, enquanto a menor foi apresentado pelo *Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com regime administrativo e económico especial* 2%. Os restantes programas não registaram apresentando 0% da execução orçamental.

7. Fundos Especiais

7.1 Fundo Infraestrutura

O orçamento alocado no FI é destinado ao desenvolvimento e manutenção de projetos e infraestrutura, ou seja, os orçamentos alocados geralmente utilizados para financiar uma variedade de projetos.

Tabela 3: Programas do FI com seus respectivos gastos

Programas	Orç Final	Actual	Execução
023 Gestão das Finanças Públicas	3,863,960.00	3,863,960	37%
024 Cultura e Património	1,446,929.00	1,346,860	3%
026 Estradas e Pontes	83,229,753	25,866,027	31%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	3,100,088	457,689	15%
171 Levar os serviços dos tribunais populacionais aos tribunais	2,138,274	643,411	30%
366 Segurança Nacional	4,505,856	348,721	8%
388 Defesa Nacional	344,513	-	0%
392 Acesso à Justiça	834,443	-	-
439 Garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação.	316,280.00	-	-
502 Transportes	1,712,999.00	-	-
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	8,067,689	1,741,933	22%
521 Educação básica	3,428,978	48,425	1%
522 Ensino secundário	2,755,863	897,011	33%
528 Atenção Primária à Saúde	2,755,863.00	-	0%
529 Assistência médica secundária e terciária	3,932,292	701,422	18%
798 Água e saneamento	8,589,844	1,149,970	13%
802 Eletricidade	5,655,743	1,249,201	22%
809 Aeroporto	31,552,581.00	734,609.09	2%

Programas	Orç Final	Actual	Execução
874 Portos	938,413.00	-	0%
977 Manutenção, reabilitação e resposta às estruturas	9,273,703.00	6,528,658.20	70%
980 Inclusão social	2,071,038.00	1,827,398.14	88%
981 - Proteção e Conservação do Ambiente	242,641.00	-	0%
982 Turismo	70,000.00	-	0%
983 Investimento e Diversificação Económica	5,440,069.00	1,787,072.93	33%
984 Ordenação do Território	145,641.00	-	0%
A08 Tecnologia de Informação e Comunicação	1,242,001.00	-	0%
A18 Implementação do Projeto Tasi Mane no Sul do país	45,921,714.00	-	0%
A27 Implementação da Habitação comunitária digna	92,641.00	-	0%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Indústria e Anual	10,572,368.00	1,211,903.14	11%
A41 - Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	42,641.00	-	0%
Total	301,677,849.00	46,666,608.76	19%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

A execução orçamental do 2.º trimestre, o Fundo de Infraestruturas atingiu 19% da execução orçamental. Entre os programas apresentados *Inclusão Social* com 88%, e programa de *Educação Básica* com menor execução orçamental 1%.

Os restantes programas registaram taxas de execução orçamental que variam entre 3% e 25%, respetivamente. Por outro lado, diversos programas não registaram qualquer despesa durante o período em análise, conforme apresentado na tabela abaixo.

7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano

Tabela 4: Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH

Programas	Orç. Final	Actual	Execução
314 Bolsa de Estudo	18,771,722	7,126,725.17	38%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,844,138	671,896.93	37%

Programas	Orç. Final	Actual	Execução
Total	20,615,860	4,539,198	38%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

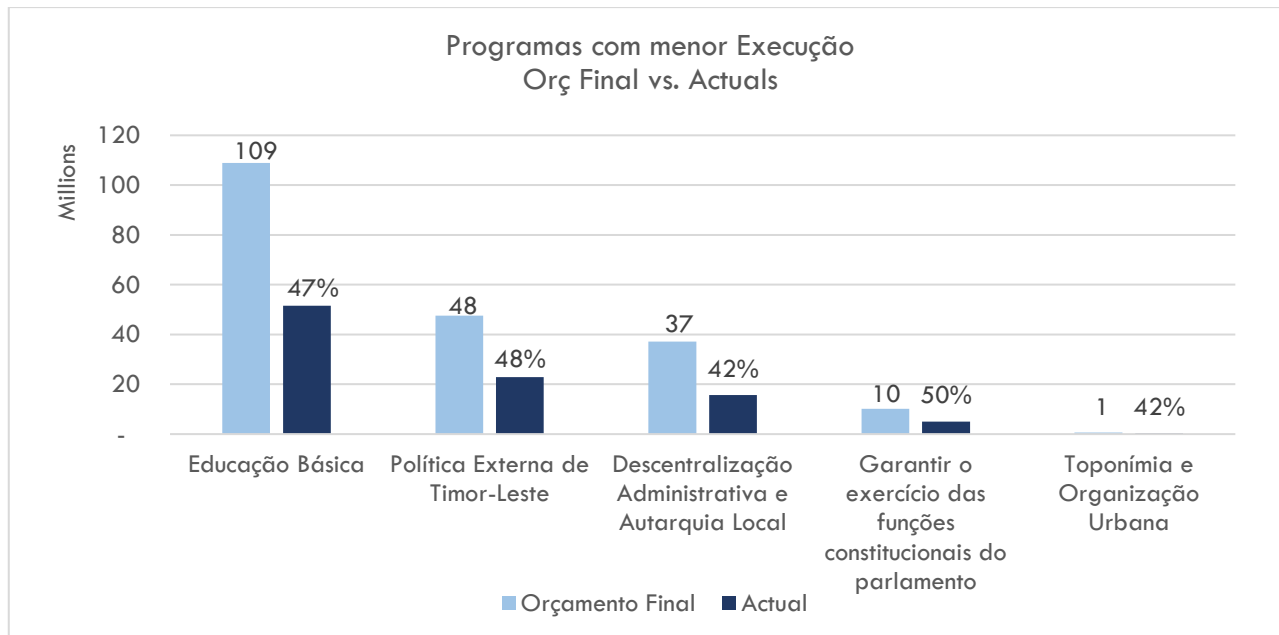
O FDCH implementa quatro programas, conforme ilustrado no gráfico. O programa de *Bolsas de Estudo*, que detém o maior orçamento, registou uma execução de 38%. Seguem-se os programas de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*, com uma taxa de 37%.

8. Orçamento por Programas

No OGE de 2026, implementou 87 programas, 623 subprogramas e 4635 atividades. No gráfico a seguir apresenta programas que corresponderam maior e menor execução orçamental de Janeiro até Junho.

8.1 Programas com maior execução

Gráfico 11: Execução orçamental por programas



Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

No 2.º trimestre, os programas que apresentaram as maiores taxas de execução foram o Programa *Garantir o Exercício das Funções Constitucionais do Parlamento*, com 50%, seguido do Programa *Política Externa de Timor-Leste*, com 48%. Por sua vez, o Programa *Educação Básica* registou uma

execução de 47%, enquanto os programas *Descentralização Administrativa e Autarquia Local* e *Toponímia e Organização Urbana* apresentaram uma taxa de execução de 42%.

8.2 Programas com execução menor

Tabela 5: Execução orçamental dos 5 Programas com execução menor

Programas	Orçamento Final	Actual	Execução
867 - Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com tratamento administrativo e económico especial	34,008,520	56,151	0.2%
A18 _ Implementação do Projeto Tasi Mane na costa sul do país.	58,393,318	1,526,187	3%
A14 _ Estudo técnicos e Científicos sobre os recursos Petróleo e Gás no território Timor-Leste	69,960	\$2,825	4%
809 _ Aeroporto	36,264,198	1,605,157	4%
A01 _ Promover a identidade nacional	85,000	4,466	5%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

No 2.º trimestre os programas que registraram o nível de execução menor foram os programas de Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com tratamento administrativo e económico especial 0.2%, Implementação do Projeto Tasi Mane na costa sul do país 3%, Estudo técnicos e Científicos sobre os recursos Petróleo e Gás no território Timor-Leste com 4%, Aeroporto 4% e Promover a identidade nacional 5%.

9. Autoridades Municipais

9.1 Orçamento alocado nas Autoridades Municipais

A execução orçamental do 2.º trimestre da Autoridades Municipais apresentando que AM de Lautem com maior execução de 48%, enquanto AM de Atauro com menor taxa de execução orçamental de 29%. As restantes Autoridades Municipais registaram taxas de execução orçamental que variam entre 30% até 44%, respetivamente.

Tabela 6: Execução orçamental das Autoridades Municipais

Autoridades Municipais	Orç Final	Actual	Execução
AM de Dili	19,502,642	8,517,393	44%
AM de Ermera	14,112,994	6,154,958	44%
AM de Baucau	13,802,085	5,175,927	38%
AM de Bobonaro	12,806,671	12,786,341	38%
AM de Viqueque	10,686,240	3,960,317	37%
AM de Lautém	8,494,839	4,055,298	48%
AM de Covalima	9,517,979	3,444,064	36%
AM de Ainaro	9,752,205	3,749,091	39%
AM de Manufahi	9,661,613	3,359,980	35%
AM de Liquiçá	8,468,045	3,753,224	44%
AM de Manatuto	9,626,242	2,862,065	30%
AM de Aileu	9,497,727	3,585,617	38%
AM de Atauro	2,713,532	793,636	29%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Julho de 2026

9.2 Programas da AMs

A tabela a seguir apresenta os programas implementados pelas Autoridades Municipais e os respetivos gastos.

Tabela 7: Programas implantados pelas Autoridades Municipais

Programas	Orç Final	Actual	Execução
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	34,462,545	6,392,803	19%
025 Descentralização Administrativa e Poder local	34,621,388	2,709,597	8%
521 Ensino Básico	32,867,758	8,296,602	25%
528 Cuidado de Saúde Primários	9,187,432	531,633	6%
798 Água e Saneamento	8,410,544	509,327	6%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	5,682,888	922,122	16%
026 Estradas e Pontes	4,946,341	256,820	5%
520 Educação Pré-escolar	3,071,647	896,990	29%

Programas	Orç Final	Atual	Execução
980 Inclusão Social	1,473,754	168,341	11%
366 Segurança Nacional	1,083,267	126,918	12%
983 Investimento e Diversificação Económica	701,775	98,840	14%
982 Turismo	594,181	110,686	19%
392 Acesso à Justiça	528,571	76,355	14%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	312,601	8,086	3%
502 Transportes	238,453	595	0.2%
523 Ensino Recorrente	178,389	9,636	5%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	94,689	5,446	6%
805 Saúde	102,000	-	0%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	84,591	14,430	17%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

10. Virement

De acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 43/2024, de 20 de dezembro, relativo às alterações orçamentais, as transferências entre diferentes categorias dentro do mesmo programa, ou entre programas distintos de um mesmo título orçamental, não podem exceder 20% do valor da dotação orçamental. A lei também proíbe a realização de virement para determinadas rubricas, nomeadamente *alojamento, transportes, formação e palestras e ajuda de custo*. Tabela a baixo apresenta as entidades que alteraram mais seus orçamentos.

Tabela 8: Top 10 Entidades que realizaram maior virement no 2.º trimestre de 2026

LMs/AAs	Categoria
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	BS \$378,893 CM \$378,893
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	TP \$85,000 BS \$75,000 CM \$10.000
Ministério da Saúde	TP \$374,000 BS \$332,000 CM \$42,000
Ministério do Petróleo Recursos e Minerais	TP \$10,000,000 BS \$10,000,000

LMs/AAs	Categoria
PCIC	BS \$105,000 CM \$105,000
Instituto Defesa Nacional	BS \$254,451 SV \$254,451
Serviço Nacional Ambulância Emergência Medica	BS \$80,623.29 TP \$44,220 CM \$94,095 SV \$218,582
Ministério Agricultura Pesca e Florestas	BS \$26,623.29 SV \$1,700 TP \$9,643.29 CM \$15,280
Ministério do Juventude Desporto Arte e Cultura	TP \$248,630 BS \$248,630
Ministério Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	TP \$606,000 BS \$207,000 CD \$399,000

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação: BS para CM esta alteração foi efetuada para cobrir a insuficiência orçamental nas rubricas de Outros Vestuários e Artigos Pessoais, Água, Eletricidade, Material de Escritório, Combustível para Veículos, Manutenção de Geradores, Manutenção de Edifícios Administrativos, Catering, Mobiliário, Veículos Cíveis, Manutenção de Outros Equipamentos, Outras Manutenções, Comunicações Móveis, Comunicações de Dados, Aluguer de Outros Bens Móveis, Equipamento Informático e Equipamento de Ar Condicionado.

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego: uma alteração orçamental de TP para BS, no montante de \$75.000, dos quais \$35.000 destinam-se ao reforço da sub-rubrica de combustível e \$40.000 ao reforço da sub-rubrica de catering.

Adicionalmente, propõe-se uma alteração orçamental de TP para CM, no montante de \$10.000.

Ministério da Saúde: Razão para a transferência de verba orçamental de TP para BS destinada ao pagamento do fornecimento do sistema de digitalização, no ano de 2026. De TP para CM destinada à aquisição de máquinas de rastreio de temperatura para deteção do vírus Nipah nos Pontos de Entrada, no ano de 2026.

Ministério do Petróleo Recursos e Minerais: De BS para SV no montante de \$31,484 e TP para BS no montante de \$10,000.000 com o objetivo de responder às medidas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2026, de 25 de março, relativas à estabilização temporária dos preços dos combustíveis e à garantia da segurança do fornecimento.

Instituto Defesa Nacional: Alteração orçamental de BS para SV, no montante de \$254.451, destinada ao reforço da dotação para o pagamento de salários e vencimentos dos funcionários, e de SV para BS, destinada a regularizar os pagamentos classificados na categoria de Bens e Serviços. Esta alteração visa corrigir uma possível alocação orçamental inadequada entre as categorias, de modo a assegurar a correta classificação e utilização do orçamento.

Serviço Nacional Ambulância Emergência Médicas: Alteração orçamental de BS, no montante de \$80.623,29, TP, no montante de \$44.220, e CM no montante de \$94.095, para SV, no montante total de \$218.582, destinada ao reforço do orçamento para o pagamento dos salários dos funcionários.

Ministério da Agricultura Pescas e Florestas: Alteração orçamental de BS para SV, no montante de \$1.700, destinada ao pagamento de horas extraordinárias dos funcionários; de BS para TP, no montante de \$9.643,29, para apoiar a cerimónia fúnebre de três funcionários; e de BS para CM, no montante total de \$15.280, destinado à aquisição de Internet Starlink (\$1.430), 14 impressoras da marca Epson (\$3.850) e um contentor (\$10.000).

Ministério do Juventude Desporto Arte e Cultura: Alteração orçamental de TP para BS, com o objetivo de reforçar a sub-rubrica de Serviços Profissionais, para efetuar o pagamento de atividades já realizadas em Veneza, Itália, incluindo catering.

Ministério do Desenvolvimento Rural Habitação e Comunitária: De TP para BS alteração orçamental destinada ao pagamento do projeto “Feasibility Study and Master Plan for New Integrated Community Housing” e TP para CD alteração orçamental destinada ao pagamento do projeto de infraestrutura básica, cuja construção foi realizada no ano fiscal de 2025, devido à insuficiência do orçamento previsto no OGE 2026.

11. Receitas

As receitas previstas para o ano de 2026 para a Administração Central foram de xx mil bilhões de dólares e, para a RAEOA, 60.0 de milhões de dólares. A tabela seguinte apresenta as receitas do subsetor da Administração Central e da RAEOA.

11.1 Receitas da Administração Central

Tabela 9: Receitas recolhidas – Administração Central de Abril até Junho

Rubrica/Subrubrica	Receitas Cobradas
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	70,305,394
402: Taxas, coimas e outras penalidades	12,011,508
403: Rendimentos	1,079,476
404: Transferências	600,000,000
405: Venda de Bens e Serviços	1,998,043
406: Ativos e passivos financeiros	10,840
407: Reposições não Abatidas nos Pagamentos	17,970
408: Saldo de Gerência	0
409: Outras Operações Extraorçamentais	1,953,870
Total	687,377,101

Fontes: TIFiS, 30 de Junho de 2026

As receitas cobradas pela Administração Central no 2.º trimestre totalizaram \$687,377,101. Os dados demonstram que a principal fonte de receita corresponderam às *Transferências*, que registraram um valor significativamente elevado. Seguem-se os *Impostos e Contribuições para a Segurança Social*.

11.2 Receitas da RAEOA

Tabela 10: Receitas da RAEOA de Abril até Junho

Rubricas/Subrubricas	Receitas Cobradas
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	32,807
402: Taxas, coimas e outras penalidades	0
403: Rendimentos	0

Rubricas/Subrubricas	Reseitas Cobradas
404: Transferências	0
405: Venda de Bens e Serviços	0
408: Saldo de Gerência	984
Total	33,791

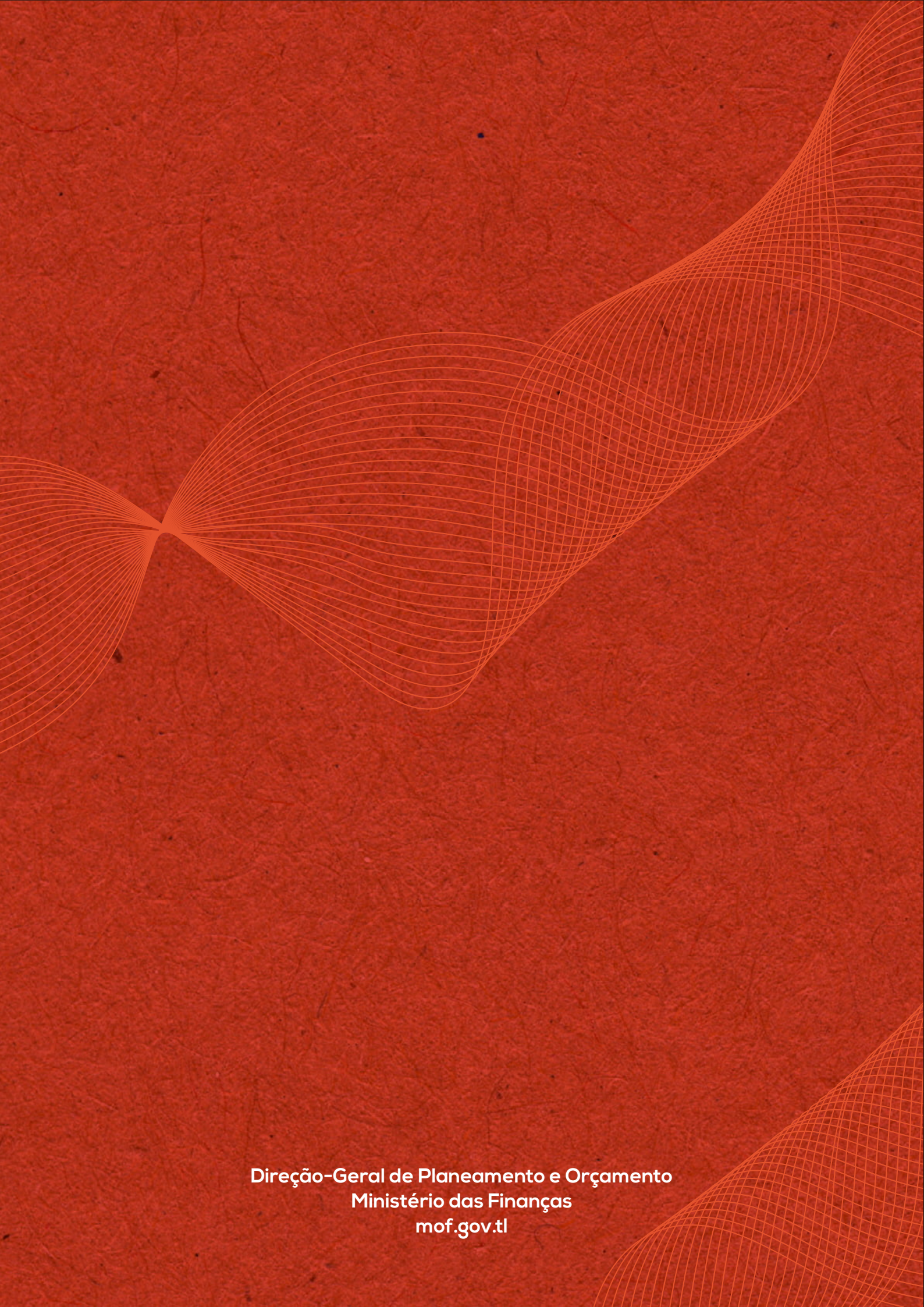
Fontes: TIFIS, 30 de Julho de 2026

As receitas cobradas pela RAEOA no 2.^o trimestre totalizaram \$33,791, das provenientes das seguintes subpúblicas; *Impostos e Contribuições para a Segurança Social* e *Saldo de Gerência*, conforme apresentado na tabela 10.

Anexo I: Transferência orçamental realizada pela Dotação Geral do Estado no 2.º trimestre em 2026

LMs/AAs	SV	BS	TP	CM	CD
001 Presidência da República	-		631,428.11		-
004 Presidência do Conselho de Ministros	-	2,500,000.00	-	-	-
008 Ministério da Administração Estatal	-	550,000.00	-	50,000.00	-
032 Ministério Petróleo Recursos e Minerais	-	36,450,637	79,291,825.00	-	-
035 Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	-	161,933.00	-	-	-
069 Centro Logístico Nacional	-	2,000,600	-	-	-
076 Comissão Nacional da Eleições	-	98,532.00	-	-	
Total	-	41,761,702.00	79,923,253.11	50,000.00	-

Fontes: GRP-MoF, 30 de Junho de 2026



Direção-Geral de Planeamento e Orçamento
Ministério das Finanças
mof.gov.tl